destinos da linguagem na era tecnológica

Mayra Rodrigues Gomes
Doutoranda no Departamento de Jornalismo e Editoração na ECA-USP

"L'éveil se tient dans le sentiment insupportable
(l'angoisse de Heidegger?)
qu 'il n'y a pas de chemin à suivre.
LYOTARD (1993)

ABSTRACT: This paper works the assumption that there is a new direction to the post-moderne discourse. This new focus consists in taking language, as related to the digital technologies, in its "world building" aspect.

KEY WORDS: Reality - Virtuality - Construction.

Interpretações

Procuramos enfocar o que, a nosso ver, se configura como urna nova etapa dentro do pensamento contemporâneo. Em meio às reflexões sobre os efeitos desagregadores da técnica, no exercício da crítica aos meios de comunicação (colocados como impedimentos a um liame ideal) e no ato de dotar as simulações com um caráter perverso e destituidor do real, surge, inesperadamente, uma reflexão sobre a linguagem aliada à técnica, que vem desafiar os fundamentos desse corpo crítico.

É nesse sentido que caminhamos, procurando, inicialmente, um viés explicativo nos trabalhos sobre interpretação.

Confrontados com critérios de interpretação, os estudos de semiótica textual, sejam sobre texto verbal ou icônico, firmam a possibilidade de leitura e a validade "das leituras" sobre a noção de compatibilidade.

Tentando examinar essa noção vamos encontrar, como cm Van DIJK (1987), as coordenadas de seqüencialidade e não-comutabilidade ditando parâmetros para a coerência. O contexto, quer seja circunstancial ou de entretextos, é outro ponto de referência para a sua fundamentação. Os elementos que encontramos nesse repasse, do que está subentendido cm coerência, são suficientes para nos sugerir questionamentos.

Em primeiro lugar, o que está apresentado aí não diz respeito a uma verdade extrínseca fundante ou almejável; conecta-se a principios nos quais fundamos nosso pacto de compreensão: identidade, não-contradição e terceiro excluído. E, ao dizer "pacto", já dimensionamos a acepção em que isto ó tomado, retirando daí toda a possibilidade de entendimento desses critérios como verdades que pairam acima de nós: trata-se simplesmente do que nos é possível realizar.

Em segundo lugar, podemos estender o processo de interpretação de um texto até o limite, ou seja, àquele pelo qual nos exercemos no mundo ou tentamos fundar toda a possibilidade de saber. Partilhamos da idéia já assinalada por muitos de que nos postamos em face do mundo como se ele fosse um grande texto a ser interpretado e tecido: onde tateamos indícios sobre os quais levantamos hipóteses com as quais a ele retomamos procurando confirmações. Mas, nesse exercício, ao darmos as coordenadas pelas quais esse mundo se submete a uma compreensibilidade, estamos ao mesmo tempo instituindo-o. Mais ainda, estamos colocando-o de uma maneira particular, como objeto que se presta a esse exercício.

Por último, c se levarmos em conta a precariedade de nossas fundamentações - o *"parti pris"* de nossas posturas, sempre dimensionadas por nossos interesses, esse etemo acoplar-se, hibridizar-se e desdizer-se das teorias sobre teorias - temos que acolher a noção de interpretação filiada à provisoriedade e à falibilidade.

A noção de interpretação, como colocada por ECO (1993), levando em conta uma intenção do autor, uma intenção do leitor e uma intenção do texto, serve aos nossos propósitos de explicar o que seria uma interpretação desvinculada do pensamento hermético (em relação ao "*corpus hermeticum*"), freqüentemente confundido com hermenêutica. A interpretação hermética coloca a verdade no que não é dito ou no que é dito de forma obscura, donde proceder por deciffação, na procura da chave que abre a porta de todos os mistérios, à verdade última. Na hermenêutica uma resolução se instaura pelo ato que leva a essa resolução.

Se a intenção do autor, depois de cumprida sua tarefa, pouco tem de relevante - porque o texto adquire vida própria imprevisível ao próprio autor -, se a intenção do leitor é norteada e dimensionada pelo texto, é a "*intentio operis*" que prevalece, e o faz sob o ponto de vista da coerência do texto.

Há interpretações impossíveis e outras absurdas porque a coerência textual nos captura numa malha que, se por um lado se abre para infinitas interpretações, por outro nega a possibilidade de que tudo valha, de que todas as interpretações sejam possíveis. Essa malha do texto nos dá coordenadas por negação; sei, embora não saiba a resposta final, aquela que não é possível, a que não condiz, aquela que não se adequa a essas coordenadas.

> *"Penso, ao contrário, que podemos aceitar uma espécie de princípio popperiano, segundo o qual, se não há regras que ajudem a definir quais são as melhores interpretações, existe ao menos uma regra para definir quais são as más"* (ECO, 1993: 61).

De que estamos afinal falando aqui? É isso um retomo à "*adequado rerum et intellectus* "? E se for, em que termos?

Acredito que estamos falando de "*adequado*" só que de um outro teor. Se estamos levando em conta a provisoriedade, conseqüentemente, estamos falando de uma conveniência, ou pertinência, dadas cer-

tas circunstâncias. Trata-se da relação a um saber que se refaz constantemente e, portanto, não mais vinculado a uma verdade última. Uma *cidequatio* sem garantias, a não ser aquela dada por ela mesma: estar em consonância, em estado de compatibilidade ou de acordo, ter coerência. A garantia dada pela observância da coerência não vai além dessa negação dos impossíveis, deixando um leque de infinidades a se confirmarem sob um ponto de vista ou outro. Uma "*adequado*" sem saber, a não ser aquele das possibilidades modais.

O que há além disso? Há esse engendramento que a interpretação efetua a partir de um texto, dando-lhe a realidade que ele passa vir a ter: um círculo hermenêutico, como diz Eco.

> *"Reconhecer a intendo operis é reconhecer uma estratégia semiótica"* (ECO, 1993: 75).

Por trás disso, o engendramento primeiro, a linguagem, se esconde. Ou melhor, ela se revela como capital, na opacidade que sua transparência instrumental comporta.

Esquecimentos

Embora as reflexões sobre linguagem tenham ultrapassado uma fase histórico-genética, tenham elaborado um sistema segundo o qual esses estudos puderam se desenvolver em relação à estrutura da própria língua, tenham se libertado da rigidez e enclausuramcnto destes últimos pela inserção dos atos de linguagem como constituintes de significação, é sintomático que não tenham ido muito além disso. Todo esse tempo, enquanto essas etapas eram cumpridas, não se deixou de levar em conta o engendramento do real - como num texto e sua interpretação - que a linguagem promove, ou até a barra lacaniana que ela representa.

Suspeitamos - como HJELMSLEV (1968) - que o destino da linguagem é esconder-se, ou é o esquecimento, principalmente porque ela serve de meio e em seu aspecto instrumental se confunde com a atividade que a toma como instrumento (seja a ciência ou o diálogo cotidiano).

Mas, o aspecto crucial, sob o qual ela "se esquece", diz respeito ao seu aspecto fundante. Temos como hipótese que ela não é esmiuçada o suficiente, sob esse prisma, por força de uma recusa de enfrentamento. Nela estando a marca da distância, da incompletude originária, da falta que marca o real como impossível, contemplá-la assim é justamente o que evitamos, pois significa colocar em suspenso a maioria de nossos confortáveis fundamentos, de outra forma tão bem-justificados.

Estudiosos que trabalham a informática e nos trazem, hoje, uma reflexão sobre a vivência das "simulações" como é o caso de QUÉAU (1993), introduzem uma noção de "irrealidade" que muito se aproxima à *"poiesis"* da linguagem.

> *"Quanto mais se desenvolvem os instrumentos de mediação cognitiva, mais eles têm a tendência a se substituírem à realidade que deveriam ajudar-nos a perceber melhor''* (QUÉAU, 1993: 97).

Não deveria ser esse tipo de constatação, aliada à noção de linguagem como tecnologia da inteligência - como é proposto em LÉVY (1993), suficiente para despertar uma curiosidade sobre o assunto?

No entanto, vemos o esquecimento da linguagem, o passar por cima dessas questões, ser reiterado em quase todos os discursos ditos pós-modernos. Isto sempre nos causou estranheza uma vez que esses textos discorrem sobre os problemas detectados numa certa etapa do conhecimento como originários nas ampliações tecnológicas. Estranheza porque, ao menos por associação, seriamos levados automaticamente à problemática da linguagem se considerarmos seu aspecto instrumental compartilhado por todas as atividades técnicas. No entanto, isso não se dá até chegarmos a textos mais recentes que discorrem sobre os usos da informática, muitas vezes do ponto de vista dos que trabalham efetivamente com infografia, realidade virtual etc.

Houve, a meu ver, uma mudança no discurso pós-moderno no sentido de levar em conta a linguagem não em termos da tradicional análise

semiótica, mas dando relevo a esse aspecto de engendramento que a linguagem comporta. O envolvimento com a proliferação de sentidos, a fragmentação, a diluição e a perda nos enredou nessa malha de esquecimento da qual, parece, estamos prestes a nos libertar. Se for levado em conta, a partir das considerações sobre o que a linguagem é afinal, que muito do discurso pós-modemo funda-se no pressuposto da existência de entidades ideais, universais que estariam sendo "dizimadas" pela técnica, talvez possamos sair desse emaranhado.

Como sempre, submetidos que estamos a essas trivialidades que são tempo e espaço, vamos nos deter nos autores mais representativos desse enfoque inovador, que chamamos de outra etapa no pós-modemo: a inserção da linguagem nas reflexões contemporâneas sobre a técnica.

WEISSBERG (1993), trabalhando diretamente com a corrente dicotomía real/virtual, parece querer fincar o pé no chão ao tentar provar que as simulações sempre existiram, a sociedade sempre foi local de produção de simulação.

O fato de que ele faz uma defesa do virtual é pouco relevante, até lugar-comum. O que deve ser posto em destaque, a nosso ver, é o cumprimento de algumas etapas em seu estudo.

Como primeiro ponto, vemos uma passagem do discurso das diluições, em que sempre há um tom derrotista, para a notação do aparecimento de entidades híbridas como marca da simulação atual, situadas entre o que é real e o que não é.

Num segundo momento, defende-se a existência da imagem híbrida c a concretude do espaço de experimentação virtual como uma entidade intermediária entre concreto e abstrato, entidade mutável, elástica e real, da mesma forma que conferimos, no passado, existência a entidades instituídas pela linguagem.

Em terceiro lugar, "O *virtual aparece aqui como uma dimensão do real...*" e não como um hiper-real.

> *"O virtual não se dednz do real por elevação, é extraído dele por continuidade e torna a inscrever sua marca nos segmentos já traçados"* (WEISSBERG, 1993: 119-120).

Acresce-se a isso a noção de que o virtual não surge em substituição ao real, mas ajuda a dar sentido e é urna das formas de sua percepção. Com isso passa a dar vários exemplos do virtual dentro do real por contigüidade, provando que agimos realmente sobre o virtual, folheando livro na tela tátil, por exemplo, um virtual que, por contigüidade, se insere no real.

Os exemplos citados nos levam à constatação de que a realidade virtual provoca modificações no estatuto da percepção. E não precisamos fazer a apologia do virtual para perceber que com ele, antes de chorarmos o abandono das formas de percepções anteriores (como se essas fossem as originais e autênticas, ilusionismo bem exposto em Lévy), devemos tirar proveito do engendramento de um novo real, desse universo alternativo semelhante aos de "*science fiction*"

O fato de que o espaço real se reverte em ubiqüidade tangível parece mais a realização de uma fantasia prometéica do que um desvirtuamento de nosso projeto original.

Weissberg toma, portanto, o aspecto de engendramento do real na realidade virtual, vendo nele uma distinção modal em relação a engendramentos historicamente anteriores. Essa é uma postura muito próxima à daqueles estudiosos da linguagem quando a vêem como produção de mundos.

Com Quéau, também trabalhando na mesma esfera, temos uma referência direta à linguagem, pois com as imagens de síntese surge uma nova relação entre imagem e linguagem "*Agora o legível pode engendrar o visível*" (QUÉAU, 1993: 91).

No seu artigo leva-se em conta o fato de que o que possibilita uma imagem de síntese é a linguagem matemática, uma modelização a partir

de algoritmos. Essas imagens não são inicialmente imagens, não são construídas em cima de uma representação icônica no sentido clássico (diante de um referente ou suporte, como na pintura ou como na fotografia obtida através de recursos químicos/óticos), são antes de mais nada "linguagem" É somente num segundo momento que elas aparecem como imagens.

Como Weissberg, Quéau anota uma mudança nos nossos meios perceptivos, o que implica novas relações cognoscitivas, novos modelos de intelecção.

> *"A imagem de síntese modifica a nossa relação com o real, estruturando-o de outra forma, como instrumento de escrita. Como lugar virtual, a imagem de síntese estabelece ligações inéditas entre preceitos e conceitos, entre fenômenos perceptíveis e modelos inteligíveis"* (QUEAÚ, 1993: 94).

Também Quéau, como Weissberg, refere-se a um engendramento do real sem colocá-lo no "lugar de" O real, vivendo em contigüidade, nas palavras de Weissberg, aparece agora como um *"praeter real"* um real ao lado de.

Está claro que nenhum dos dois, apesar de levarem em conta o processo de engendramento, faz referência categórica ou questiona o fato de que esse real anterior já é um "construto" Entretanto, esta noção está implícita em ambos.

Para um, a simulação é marca da cultura, e o universo virtual, posto em contigüidade, está como continuidade desse processo e não como exacerbação do real.

Para o outro, após identificar a imagem de síntese à linguagem, a mesma noção de "construto" aparece através de sua compreensão, quase lacaniana como liame social, da função da linguagem.

> *"É próprio de uma linguagem não buscar refletir o mundo ou a essência das coisas, mas criar condições de um*

> *engajamento coletivo, de uma comunidade de leitura e de escrita, e permitir que sinais privilegiados de aliança sejam compartilhados para facilitar a constituição do corpo social e para gerir, tanto quanto possível, as suas contradições"* (QUÉAU, 1993: 98).

Há cm Quéau dois pontos inéditos, que o são pela associação à linguagem merecem ser considerados.

0 primeiro, desenvolvido ao longo de todo o artigo, vem sintetizar-sc na sentença:

> *"A imagem de síntese modifica a nossa relação com o real, estruturando-o de outra forma, como instrumento de escrita"* (QUÉAU, 1993: 94).

Entendemos essa proposta do autor em extensão às suas afirmações anteriores sobre o modelo. Modelo como instância explorável através de uma experimentação que, se por um lado nos insere nesse espaço virtual, é ela própria que constitui ou engendra tal espaço. O lugar não está no modelo mas sim no âmbito da exploração a que ele dá condições. Nesse caso escrita é "escritura" é engendramento, é ato constitutivo, no mesmo viés em que pensamos texto e interpretação.

Num segundo momento, Quéau vislumbra a amplitude previsível das técnicas virtuais:

> *"A potência ubíqua e metamórfica das técnicas de numerização e simulação permitirão às escritas virtuais desempenhar, numa escala jamais atingida na história, esse papel de liga social, esse papel de laço que liga e que enforca"* (QUÉAU, 1993: 98).

De início, vemos aí o pressuposto lacaniano (ou straussiano): linguagem como laço social, ao mesmo tempo que funda e insere, priva e interdita. Assim, as escritas virtuais, carregando essa propriedade ontogenética da linguagem, assumirão o mesmo papel de laço e de lei.

E C A
'J S P
BJBUOÍL CA |
1

Só que agora temos urna univocidade da linguagem nesses modelos algorítmicos: onde fica a ambigüidade que semprc aparece como reduto de autenticidade do ser?

Só que agora temos uma ubiqüidade desses modelos, coisa impossível anteriormente, senão pela ausência de meios, ao menos porque a multiplicidade de linguagens representava uma barreira à homogeneização. Será que estamos falando da possibilidade de um encaminhamento totalizante c um conseqüente totalitarismo?

É sobre uma resposta afirmativa a essa última questão que Quéau pensa a necessidade de uma ética como resistência aos possíveis malefícios. Estamos de volta ao discurso pessimista? Não em Quéau, pois além de listar vantagens, há esse conclamar a uma ação reguladora, há portanto fé na possibilidade de intervenção.

É aí que vemos um equívoco. Não porque não se levou cm conta as categorias difusas, não-localizadas c não-idcntificadas que permeiam nossa época, o que seria suficiente para colocar em dúvida a efetividade de uma ação preventiva. Para além disso, em nome de que fundar uma ética, nessas circunstâncias? Uma ética dos "*preferíveis*" (como sugere Eco), fundada no respeito à vida e ao corpo, seria viável? Outros rumos nos esperam nessa conjectura.

Contudo, para nós o equívoco está em, tendo estabelecido uma inédita aproximação entre linguagem c virtualidade, numa lúcida explicitação, ignorar o que essa relação implica ao se tratar de questões humanísticas.

Feita a associação por que abandoná-la quando atingimos o ponto crucial? Diante de nossas aporias, a linguagem, novamente, se esconde no esquecimento a que todos os processos por ela instaurados se dão à nossa revelia.

Bibliografia

ECO, Umberto. (1993). *Interpretaçâo e superinterpretaçào.* Sâo Paulo, Martins Fontes.

HJELMSLEV. L. (1968). *Prolégomènes à une théorie chi langage.* Paris, Minuit.

LÉVY, Pierre. (1993). *As teenologias cia inteligêneia.* Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Editora 34.

LYOTARD, Jean François. (1993). *Moralités postmodernes.* Paris, Editions Galilée.

QUÉAU, Philippe. (1993). 0 tempo do virtual. In: PARENTE, André (org.). *lmagem-Màquina.* Rio de Janeiro, Editora 34.

VAN DIJK, Tcum A. (1987). *Text and Context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse.* New York, Longman House.

WEISSBERG. Jcan-Louis. (1993). Real c virtual. In: PARENTE, André (org.). *lmagem-Màquina.* Rio de Janeiro, Editora 34.